

Materialidades educam? Representações de professoras aposentadas de escolas públicas primárias (Santa Catarina, 1940-1970)

Do materialities educate? Representations of elementary public school's retired teachers (Santa Catarina, 1940-1970)

Ana Paula de Souza KINCHECKI¹

Vera Lucia GASPAR DA SILVA²

Ione Ribeiro VALLE³

Resumo:

Para investigar representações sobre um *ofício* de aluno que colaboram para legitimar um ideal meritocrático na escola foram mobilizados dois conjuntos de fontes: a) respostas de professoras que atuaram no ensino primário catarinense entre os anos de 1940 e 1970; e b) documentos que registram rotinas do cotidiano escolar. O apoio teórico sustenta-se em trabalhos de Pierre Bourdieu, Denice Catani e Ione Ribeiro Valle. São destacados artefatos que materializam expedientes escolares, por entender que eles educam, seja pela falta, seja pelas prescrições que estabelecem como devem ser usados e, com isso, trazem indicativos de como podem servir para ensinar.

Palavras-chave: Memória Docente. Meritocracia. Cultura Material Escolar.

Abstract

To investigate representations of a student's *duty* that collaborate to legitimize a meritocratic ideal at school were mobilized two sets: a) answers provided by retired teachers that have worked in the elementary schools of Santa Catarina between the years of 1940 and 1970 and b) documents that gathered records of school's daily routine. The theoretic support for the main discussion comes from works by Pierre Bourdieu, Denice Catani and Ione Ribeiro Valle. We opted to highlight artefacts that materialize school's expedients, because they educates, due to the lack of or by the prescriptions that determine how they should be used and thus provide tips of how they could serve for teaching.

Keywords: Teaching Memory. Meritocracy. Material School Culture.

- 1 Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Grupos de Pesquisa: Observatório de Práticas Escolares - OPE e Objetos da Escola. Professora pela Prefeitura Municipal de Florianópolis na Associação Catarinense para Integração dos Cegos – ACIC, Rod. Virgílio Várzea, 1300. CEP: 88032-001. Tel.: (48) 3261-4500. Email: <anapaulakin@gmail.com>.
- 2 Doutora em Educação pela USP com pós-doutorado pela mesma instituição. Grupos de Pesquisa: Observatório de Práticas Escolares - OPE e Objetos da Escola. Professora Associada da UDESC. Av. Madre Benvenuta, 2007 - Itacorubi - Florianópolis – SC. CEP: 88.035-001. Tel.: (48) 3232 2225. Email: <vera.gaspar.udesc@gmail.com>.
- 3 Doutora em Ciências da Educação pela Paris V, Sorbonne. Pós-doutorado pela EHESS - Paris. GP's Ensino e Formação de Educadores em Santa Catarina - GPEFESC e Laboratório de Pesquisas Sociológicas Pierre Bourdieu - LAPSb. Professora Associada da UFSC. R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, 240-432 - Carvoeira, Florianópolis – SC. CEP: 88036-020. Tel.: (48) 3225 3872. Email: <ione.valle@ufsc.br>.

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 26	n. 63	p. 857-875	set./dez. 2017
----------------	--------	-------	-------	------------	----------------

A cultura meritocrática incorporou-se de tal forma à cultura escolar que, muitas vezes, ela se torna quase invisível, naturalizada em rituais do cotidiano. Investigar representações sobre um *ofício* de aluno que colaboram para legitimar um ideal meritocrático na escola é o tema que nos ocupamos aqui, explorando rituais que reforçam essa cultura⁴. A intenção é contribuir para o aprofundamento das reflexões que se ocupam dessa problemática, agregando a elas outros olhares. Como fontes foram mobilizados dois conjuntos, tratados como complementares: o primeiro se constitui de respostas fornecidas por professoras aposentadas⁵ que atuaram no ensino primário catarinense entre os anos de 1940 e 1970, e o segundo, de documentos localizados em diferentes acervos e que registram rotinas do cotidiano escolar.

O apoio teórico para a discussão central vem particularmente de trabalhos de Pierre Bourdieu, incluindo a obra *Os Herdeiros*, escrita em parceria com Jean-Claude Passeron (publicada originalmente em 1964 e traduzida para o português em 2014), bem como trabalhos escritos por Denice Catani e por Ione Ribeiro Valle. Com base em conceitos aprofundados pelos autores intentamos refletir sobre expedientes meritocráticos acionados pelas escolas, incorporados em memórias e presentes em registros documentais. Muitos deles tomam forma de rituais e são realizados com o objetivo de destacar alunos que se adéquam e correspondem ao que foi idealizado como perfil de *bom aluno*, seja por suas condutas, seja pela frequência ou pelo rendimento escolar. Como bem destacam Valle e Catani⁶ (2014, p. 6), “[...] Ao distinguir os mais meritosos, a escola dissimula – e legitima – os privilégios ligados ao nascimento, ao *ranking* ou à fortuna.”

Embora as reflexões aqui em pauta tenham por base o ensino primário catarinense, entendemos que as discussões desenvolvidas por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, em *Os Herdeiros*, mesmo não tendo como proposta abarcar esse nível de ensino, suscitam alguns questionamentos, desestabilizam certas *verdades* e possibilitam compreender que o universo escolar apela para

-
- 4 Este trabalho articula-se à produção desenvolvida no quadro da dissertação de mestrado *É preciso fazer por merecer: representações docentes sobre o “ser aluno” (Santa Catarina – 1940-1970)*, (bolsa FAPESC/ CAPES), sob a orientação de Vera Lucia Gaspar da Silva no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.
 - 5 Optamos por adotar o termo no feminino em razão de lidarmos aqui com um universo de 94,5% de respostas femininas, ao passo que apenas 5,5% das questões foram respondidas por homens.
 - 6 Reflexão desenvolvida a partir da obra *Os Herdeiros*, escrita por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron no ano de 1964, abordando sua repercussão no meio científico e a contemporaneidade de suas discussões, passados cinquenta anos da publicação original.

uma série de regras que fazem com que o estudante perceba que sua vida faz parte de um jogo e que, portanto, deve praticá-lo bem se quiser avançar; isso porque “[...] mais do que outro jogo, ele propõe ou impõe aos jogadores a tentação de prender-se no jogo levando a crer que coloca todo seu ser em jogo” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 65). Assim, os elogios, as premiações e até mesmo as repreensões podem ser entendidos como estratégias que, desde a infância, colaboram com a incorporação de ideais meritocráticos e de sua validade, tanto por parte dos alunos quanto dos professores.

A consulta a professoras aposentadas colocou-nos em contato com representações que, já em forma de memórias (ainda que sujeitas às artimanhas que as compõem), revelam parte das nuances de um jogo do qual os alunos participam, cientes ou não, e que muitas vezes será decisivo no seu destino escolar. Compreendamos, então, quem são essas professoras e como foram consultadas.

Das Professoras Consultadas:

A consulta às professoras foi feita por meio de questionários⁷ respondidos por docentes que atuaram no ensino primário catarinense. Essa ação foi um dos desdobramentos da pesquisa *Memória Docente: os impactos do movimento de escolarização em Santa Catarina sobre a carreira docente, as identidades profissionais e o trabalho pedagógico de professores da rede estadual de ensino*⁸.

7 A possibilidade de uso destes questionários é decorrente da inserção no Grupo de Pesquisa Ensino e Formação de Educadores em Santa Catarina - GPEFESC, com sede na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e constituído pela parceria entre pesquisadores desta instituição e da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Vários trabalhos já fizeram uso da empiria produzida por esses questionários. Dentre eles destacam-se a dissertação de Danielly Samara Besen (PPGE/UFSC), defendida em agosto de 2011 e intitulada *Entre a rigidez e a flexibilidade legal: os impactos das exigências de escolaridade sobre a identidade profissional dos professores primários em Santa Catarina (1950-1980)*, e a tese de Marilândes Mól Ribeiro de Melo (PPGE/UFSC) *Não sei se valeu a pena ter sido professor, mas foi uma vida: convergências e divergências entre o projeto de modernização do governo catarinense e o corpo docente da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina (década de 1960)*, defendida em junho de 2014. Registram-se ainda os artigos “Professoras catarinenses: razões para escolher e permanecer na carreira”, de autoria de Marilândes M. R. Melo e Ione Ribeiro Valle, publicado na *Revista Brasileira de História da Educação* (v. 12, p. 199-228, 2012. Home page: [<http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/rbhe.2013.009>]) e “A escola não faz mais a diferença”: as transformações da educação pública catarinense na ótica dos professores” de autoria de Ione Ribeiro Valle, publicado na *Revista Atos de pesquisa em educação* (v. 9, n. 2, p. 342-371, mai./ago. 2014. Home page: [<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdespesquisa/article/view/4445/2748>]).

8 Pesquisa coordenada por Ione Ribeiro Valle e desenvolvida entre os anos de 2009 a 2012 com apoio da UFSC, UDESC, CNPq e FAPESC. O referido projeto foi renovado com o título *Memória Docente e Justiça Escolar: Os movimentos de escolarização e de profissionalização do magistério em Santa Catarina*.

Do total de 723 questionários respondidos, observa-se que em muitos os professores ocupavam outros espaços, escrevendo inclusive sobre assuntos que não eram mencionados nas questões, revelando um desejo de externalizar parte do que guardaram de suas trajetórias. Se por um lado a quantidade, a princípio elevada, de fontes e de elementos para analisar é um desafio para o desenvolvimento da pesquisa, por outro, demonstra um grande potencial pela possibilidade de cruzamento de dados e de análises que deem visibilidade a aspectos recorrentes e a outros que surpreendem.

Com relação às questões que dão forma aos questionários, elas estão agrupadas em quatro blocos que abarcam os temas: dados pessoais, trajetória escolar, carreira profissional e experiência pedagógica. Na impossibilidade de se utilizar o conjunto de respostas fez-se a opção por privilegiar aquelas relacionadas a duas questões consideradas chave aos propósitos deste estudo: Questão 1: *Cite ao menos três características: do bom aluno/ do mau aluno*; e Questão 2: *Cite ao menos três aspectos determinantes: do sucesso escolar/do fracasso escolar*. Apesar desse recorte para sistematizar os dados, foi necessário produzir diversos quadros e tabelas que permitissem visualizar as informações e que serviram de apoio às análises. Nesses quadros, são registradas informações como, por exemplo, o número total de professoras, quando nasceram, quando começaram a trabalhar e o ano em que se aposentaram.

O quadro geral conduziu a algumas escolhas, entre elas a do período a ser privilegiado, tendo em vista que, na década de 1940, o Brasil e o Estado de Santa Catarina vivenciavam um crescimento econômico e social singular, o que acaba alterando funções atribuídas à escola, que deveria participar na produção dos recursos humanos para efetivação do projeto de desenvolvimento da época. O ano de 1970, por sua vez, foi definido como limite para a pesquisa, ao se considerar que a educação ganha novos contornos com a reforma do ensino, principalmente a partir da Lei 5.692/71, a qual, entre outras modificações, estendeu a obrigatoriedade do ensino de quatro para oito anos. Assim, optou-se por trabalhar com respostas de professoras que ingressaram no magistério público primário catarinense entre as décadas de 1940 a 1960. Dessa forma, não foram considerados os questionários nos quais não constasse o ano em que o profissional começou a atuar, nem aqueles que indicaram ter iniciado antes de 1940 ou depois de 1970 (Tabela 1).

Tabela 1 - Primeira seleção a partir da amostra inicial dos questionários

Legenda	Total
Amostragem inicial de questionários	723
Ingressaram no magistério estadual após o ano de 1970	399
Não indicaram o ano de ingresso no magistério estadual	077
Ingressaram no magistério estadual antes do ano de 1940	001
Total de questionários considerados:	246

Fonte: KINCHESECKI (2015).

Ainda no esforço de estabelecer um conjunto mais afinado possível com a docência no ensino primário, ressaltamos que não foram considerados para a seleção da amostra os questionários respondidos por professores que atuaram em alguma disciplina específica, como Educação Física, por exemplo, por compreender que o trabalho com diferentes turmas em uma única matéria é diferente daquele exercido em todas as disciplinas, de 1ª a 4ª série. Além disso, foram desconsiderados os que não registram o tempo de serviço como docentes ou dos profissionais que tenham se aposentado a partir de 1990. Dessa forma, a amostra ficou constituída conforme a Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 - Número de questionários considerados

Década em que ingressaram no magistério estadual	Amostra inicial	Nº de questionários considerados
Década de 1940	17	15
Década de 1950	61	51
Década de 1960	167	44
Total	245	110

Fonte: KINCHESECKI (2015).

Conforme os dados apresentados, de um conjunto de 723 questionários, a amostra foi reduzida para 110, sendo que em 96 há respostas à primeira questão, o que corresponde a 87,27%; e em 78 há respostas à segunda questão, o que indica um quadro de 70,9%.

As respostas foram então analisadas como representações, que procuram transmitir concepções de educação a partir de determinados ideais. Apoiamos aqui em conceito cunhado por Roger Chartier (2002, p. 17), para quem as representações não são discursos imparciais, pois “[...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.”

Organizando dados conforme a década de ingresso no magistério primário, temos indicativos de um avanço progressivo na crença de que o sucesso escolar se articula, majoritariamente, ao desempenho do aluno, marcadamente por seu empenho individual e por seu comportamento. Os dados são os seguintes: 43,5% das respostas atribuídas por ingressantes da década de 1940 indicam como primeiro motivo para classificar como *bom* um estudante o *empenho* e 37,7% o *comportamento*; para os ingressantes da década de 1950 o *empenho* corresponde a 50% e o *comportamento* a 38,6%. E chegamos à década de 1960 com 59,10% de indicações para *empenho* e 28,9% para *comportamento*. Esses indicativos nos mostram que um conjunto de fatores vai incorporando no docente a ideia de que o desempenho escolar é muito mais uma consequência da ação individual do aluno que de uma ação coletiva que o envolva diretamente.

Ao utilizar como base as respostas dos professores ao questionário e os registros de práticas das escolas públicas primárias catarinenses foi possível identificar que muito do espaço e do tempo reservados aos *rituais* ou cerimoniais na escola buscam reforçar esses elementos individuais. Os alunos (ainda crianças) são destacados e louvados no espaço escolar por representarem aquilo que serve de referência ao ideal de bom aluno: empenho e comportamento. Em diversos registros que versam sobre a realização de festas para comemoração de encerramento dos anos letivos, principalmente os convites, nos quais constava a programação das festas escolares, foram encontrados indícios de que havia momentos específicos nesses eventos para a premiação e assinatura nos chamados Livros de Honra pelos alunos que fossem dignos de distinção.

Essas solenidades, além de expressarem o desejo de estimular os estudantes por meio do exemplo, proporcionavam um espaço de destaque para aqueles que, em algum aspecto, se encaixavam no perfil buscado pelas escolas e atendiam às expectativas desses espaços. Em atas de reuniões pedagógicas encontramos indícios de que a assinatura do livro de honra não seria apenas para aqueles que

tivessem melhor aproveitamento nem os mais altos conceitos, mas também para os mais comportados e assíduos. Entende-se que, ao menos em teoria, aqueles alunos considerados como *merecedores* de homenagens teriam um compromisso com essa posição conquistada no campo, para continuar fazendo jus ao posto ocupado. Para Bourdieu (1998, p. 106), “[...] O verdadeiro milagre produzido pelos atos de instituição reside sem dúvida no fato de que eles conseguem fazer crer aos indivíduos consagrados que eles possuem uma justificação para existir, ou melhor, que sua existência serve para alguma coisa.”

No jogo meritocrático objetos educam:

Ao tentar aprofundar a compreensão acerca da construção da cultura meritocrática, encontramos no jogo formado por ritos escolares, realizados em festividades, um espaço fecundo à análise. A premiação é uma forma de distinção que, além de reforçar determinado comportamento e perfil, o faz de forma pública e o registra para a posterioridade em expedientes que facilmente se publicizam, como fotografias e registros na imprensa. A materialidade aqui envolvida transforma os objetos de premiação em portadores de mensagens.

Assim, partindo da noção de cultura material escolar, intenta-se colocar em destaque objetos variados que de alguma forma contribuem para materializar o ideal meritocrático nas escolas. Dentre esses objetos, podemos citar como exemplo os livros de honra. Tais objetos são aqui compreendidos como artefatos culturais que contribuíram para construir comportamentos escolares, particularmente a partir de seus valores simbólicos e dos processos ritualísticos realizados nas escolas em torno deles.

A noção⁹ de cultura material escolar¹⁰ acompanha as reflexões de Rosa Fátima de Souza e Agustín Escolano Benito, para quem a escola é um lugar de produção de cultura, na qual “[...] as ações se materializam nos espaços, objetos, ícones e textos que fazem parte do patrimônio histórico-educativo”¹¹ (ESCOLANO

9 No debate da área tem-se enfrentado a questão no sentido de precisar se se trata de uma noção ou de um conceito. Por ora, optamos pelo uso do termo *noção*, acompanhando as reflexões e argumentos de Richard Bucaille e Jean-Marie Pesez (1989), embora reconheçamos que muito se tem avançado na discussão depois dessa obra, que, no entanto, se mantém atual e em lugar de referência.

10 Ressalta-se a importância de obras do autor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses como fundamento para o estudo da noção de cultura material que vem se travando no espaço acadêmico brasileiro.

11 Tradução nossa. No original *Las acciones se materializan en los espacios, objetos, iconos y textos que forman parte del patrimonio histórico-educativo*.

BENITO, 2012, p. 12). Já para Marcus Levy Bencostta (2013), outro autor de referência na discussão do tema, as produções que envolvem a cultura material escolar têm amadurecido e conquistado espaços de reconhecimento no campo da historiografia da educação no Brasil, além da tentativa de construir explicações que vão além do relato das fontes, o que se constitui em tarefa importante para quem deseja fazer análises a partir dessa noção.

Os investimentos que temos feito no grupo de pesquisa¹² já nos mostram que estudar a cultura material escolar não se reduz ao encontro e ao estudo da materialidade em si, sendo possível realizá-la a partir de referências presentes em diferentes formas de registros e que trazem indícios sobre seus usos. Assim, nas questões respondidas pelos professores, bem como nos documentos produzidos nas escolas, tentar-se-á identificar a recorrência das indicações de questões materiais como elemento envolvido na construção de representações sobre um *ofício* de aluno, as quais colaboram para legitimar um ideal meritocrático. Trata-se de rituais que marcam, tanto pela exaltação de características consideradas positivas, quanto pela repressão a comportamentos considerados inadequados.

Vejam alguns deles. No ano de 1940, no livro de avisos do Grupo Escolar Professora Marta Tavares, situado na região norte do Estado de Santa Catarina, foi localizado um recado do diretor aos professores que informa sobre a atribuição de culpa aos docentes pela má disciplina das crianças; na perspectiva do diretor, não haveria tanta dispersão e conversa se as aulas fossem atraentes e despertassem o interesse. Além disso, aparece o recurso de um artefato conhecido como livro negro para registrar o nome daqueles que não se comportavam adequadamente, materializando formas de punição. Nos termos utilizados pelo diretor:

Recomendo, ainda, mais disciplina nas salas. 115 alunos já assinaram no livro negro. O que prova que os srs. Professores não têm energia suficiente. Há classes que não se sabe se estão em aula ou recreio de tanto barulho que fazem. O

12 Este tema é objeto de estudos de grupos de pesquisa nos quais as autoras estão inseridas há quase dez anos. Entre eles registramos os trabalhos dos projetos de pesquisa *Objetos da Escola: cultura material da escola graduada (1870-1950)* e *Objetos em Viagem: Provimento material da escola primária em países ibero-americanos (1870 – 1920)* (UDESC / CNPq / CAPES / FAPESC). Parte das atividades foi desenvolvida de forma articulada ao projeto nacional *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1950)*, o qual, depois de finalizado deu lugar ao projeto *História da Escola Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930-1961)*, ambos coordenados por Rosa Fátima de Souza. A versão atual está sendo desenvolvida de forma articulada ao Programa de Pesquisa *MODERNO, MODERNIDADE, MODERNIZAÇÃO: a educação nos projetos de Brasil – séc. XIX e XX (2ª Fase)*, que conta com a coordenação geral de Luciano Mendes de Faria Filho.

professor por si só poderia manter uma boa disciplina, se para tal tornasse suas aulas mais interessantes. (G.E. PROF. MARTA TAVARES, 1940, p. 49).

Mas há formas mais veladas de relação entre as questões materiais e o desempenho escolar. A partir das informações recolhidas nos documentos, percebe-se que os debates em torno da materialidade escolar ocupam espaço importante: o sucesso escolar poderia ficar comprometido se professores e alunos não possuísem a base material considerada necessária para o desenvolvimento de seus trabalhos. Atende-se por *base material* não apenas objetos que, na memória popular, são *escolares*: lápis, papel, caneta, carteiras, livros..., mas também outros artefatos, como, por exemplo, o prédio escolar, com (ou sem) todas as suas peças, os lavatórios, instalações sanitárias, vidraças, entre outros.

Discussões e recomendações a respeito dos materiais que deveriam estar presentes nas escolas para que o ensino produzisse resultados positivos e de sucesso não estão restritas à seleção temporal adotada neste trabalho. Estudos na área da História da Educação, particularmente no âmbito da cultura material escolar, têm demonstrado que os debates acerca do material necessário ao ensino já estavam contemplados nas páginas de manuais pedagógicos do século XIX. Contudo, o que se entende na contemporaneidade como material para o ensino nem sempre está descrito dessa forma nos manuais mais antigos, ou seja, muitos dos artefatos que, atualmente, são apreciados como materiais didáticos já foram julgados mobília, como, por exemplo, os quadros de honra e o quadro negro (GASPAR DA SILVA, 2013).

A necessidade de materiais adequados abarcada nos registros das práticas pedagógicas, ou melhor, nos discursos acerca dessas práticas, nos permite reafirmar a relevância dos objetos na construção de uma cultura escolar. Pode-se inferir que, ao se ter um ambiente organizado, materiais suficientes e em bom estado, um espaço teoricamente pronto para a aprendizagem, tudo isso atrelado a um bom ensino, seria permitida uma *justa* corrida pela conquista de notas elevadas e bons resultados, a partir, sobretudo, da dedicação e do esforço pessoal por parte dos alunos.

Ao analisar a cultura material escolar primária nos oitocentos, a partir da legislação paranaense, Gizele de Souza (2013, p. 76) nos ajuda a compreender que o projeto de escolarização primária prevê uma base material e que os objetos escolares “[...] são esperados, determinados, questionados e promovidos como necessários na constituição da instrução pública.” Essa recorrência pode ser identificada por meio de estudos com base na legislação educacional, em movimentos de *renovação* do ensino, em relatórios presentes nas instituições escolares, bem como em memórias de professores.

Rosa Fátima de Souza (2007), por sua vez, destaca que a necessidade de materiais escolares tem aparecido nos discursos de professores e profissionais da educação como uma espécie de explicação para os resultados de seus trabalhos. Nesse sentido, sua reflexão, relacionada à atuação docente, foi de grande importância no decorrer do processo de pesquisa e análises dos dados para a percepção de todo um conjunto de elementos que podem ser determinantes, nos discursos pedagógicos, do sucesso ou do fracasso escolar. Para a autora:

A forma pela qual ao longo dos dois últimos séculos os professores e profissionais da educação estabeleceram a imprescindibilidade dos materiais escolares para a concretização das práticas educativas, justificando-os como condição do sucesso ou das dificuldades do trabalho docente, relacionando-os às efetivas possibilidades de renovação pedagógica, modernização e eficiência educacional é suficiente para perceber que a cultura material escolar não constitui tão-somente um construto do historiador, mas está enraizada na própria forma escolar de educação. (SOUZA, 2007, p. 174).

Ao realizar um balanço de artigos publicados em congressos e revistas da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), Gaspar da Silva e Petry (2013, p. 49, grifo das autoras) assinalam que “[...] o conteúdo manuseado revela, como era de se esperar, que a base material das escolas é condição de funcionamento, mas ao mesmo tempo até aquelas desprovidas da base material ‘adequada’ funcionavam, ainda que seus atores reclamassem da precariedade.” As autoras afirmam ter sido possível perceber no balanço realizado que, apesar de poucos textos trabalharem os objetos como tema central, uma grande quantidade de trabalhos desenvolvidos argumenta sobre a relação deles com a higiene, com a disciplina e métodos de ensino, bem como discussões sobre o cuidado relativo à estética dos estabelecimentos em Santa Catarina e outros estados do Brasil até fins da primeira República.

Os dados cotejados de outras pesquisas com aqueles que aqui servem de base, analisados com os apoios já indicados, permitem afirmar que os artefatos têm uma relação muito próxima com as representações construídas sobre os fazeres escolares e, por essa razão, a materialidade, em sua presença ou ausência, não deixou de ser mencionada pelos professores quando precisavam indicar motivos que possam ter influenciado no sucesso ou no fracasso escolar de seus alunos.

As análises de Gaspar da Silva e Petry (2013) indicaram a existência da defesa de que para fazer uso de alguns métodos de ensino seria imprescindível

um determinado conjunto de materiais pedagógicos, apesar de não localizarem em muitos trabalhos a descrição de como seriam esses materiais. Para as autoras, nos documentos abordados por diferentes pesquisadores que fazem uso da noção de cultura material escolar, é comum a referência a uma preocupação com as condições ideais para que o trabalho educativo pudesse ser desenvolvido, principalmente no que diz respeito à questão estética.

Corroborando essa questão, esses elementos também estão representados nas palavras das professoras, registradas como respostas nos questionários analisados. Como fatores determinantes para o sucesso e/ou fracasso escolar foram destacados, entre outros: a necessidade de se ter um bom material didático e em quantidade adequada, a indispensabilidade de uniformes próprios para as crianças, de um espaço físico bem localizado e que possuísse o número de alunos correto para cada espaço, além de ser limpo, organizado e com presença de novas tecnologias.

Como exemplos que reforçam as representações das professoras entrevistadas acerca dessa necessidade material, os relatos de impressões dos inspetores escolares presentes nos Termos de Visita do Grupo Escolar Antônio João (1946-1968)¹³, situado em Içara, no sul de Santa Catarina, sobre diversos elementos do cotidiano desse estabelecimento revelam os esforços da direção do grupo para sanar alguns problemas relacionados à base material escolar. Logo nos primeiros registros está contida uma das explicações possíveis para que algumas turmas não tenham conseguido dar conta dos programas de ensino, dentre as quais a redução das horas de trabalho devido à falta de espaço. Conforme o relatório, o estabelecimento, no ano de 1951, funcionava

[...] em duas salas, distantes uma da outra, em péssimo estado: quase em ruínas, sem forro, sem vidraças e sem pintura, desprovidas de instalações sanitárias e de água, poderiam ser tudo, menos salas de aula. Embora a direção e docência muito se esforcem para dar uma aparência agradável ao que não ousaríamos chamar de grupo não conseguem desfazer a má impressão que se tem ao visitar as salas. Isto é de se lamentar, considerando que na localidade, ergue-se um magistoso prédio todo de alvenaria, praticamente concluído e no qual dispendendo os poderes competentes a quantia aproximada de Cr\$ 80.000,00,

13 Documento disponível no acervo digital do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina (CEMESSC), Disponível em: <<https://www.unesc.net/cemessc>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

poderia funcionar com absoluto conforto e dentro das exigências pedagógicas modernas o Grupo Escolar Antônio João. (E.E.B. PROFESSORA SALETE SCOTTI DOS SANTOS, 1951, p. 7).

Dois anos depois, em 1953, o prédio do Grupo já havia sido especialmente construído para atender às exigências do ensino, com cinco salas de aula, grandes, arejadas, com dependências para Gabinete, Biblioteca, Sala de Professores e instalações sanitárias, apesar de ainda haver móveis e materiais didáticos em número inferior ao necessário para que o estabelecimento funcionasse de maneira regular. Ainda no ano de 1953, os inspetores, cujas grafias das assinaturas não permitiram a identificação dos nomes, descreveram que após a remessa feita pelo Departamento de Educação, no começo do ano letivo, a insuficiência de material foi, em parte, suprida. Além disso, destacaram que o problema da lentidão na aprendizagem por parte dos alunos era devido à falta de centros de interesse¹⁴ e que um dos grandes erros no ensino da Aritmética era a ausência de objetos que facilitassem a descoberta dos números maiores.

Ensino: de modo geral, o ensino está regularmente encaminhado e a aprendizagem vem se processando satisfatoriamente, embora, com lentidão. Podemos atribuir essa morosidade na assimilação pela falta quase absoluta dos centros de interesse, os quais, inegavelmente, são o melhor veículo para levar a criança à compreensão dos conhecimentos que lhe são transmitidos. Observa-se falta de cuidado na ministração das aulas de Caligrafia – Desenho e Trabalhos Manuais. Quanto a esta última matéria nota-se pouca preocupação dos srs. Docentes no sentido de desenvolvê-la a contento. Outra grande falha é a que se observa no ensino da Aritmética disciplina que requer do professor o máximo de interesse e cuidado, pois é sabido que o ensino dessa matéria nos 1^{os} anos será instrutivo e prático, fornecendo aos alunos objetos fáceis de manusear, como tornos, palitos, taboinhas,

14 De acordo com Petry (2013), o Decreto n. 2.991, do ano de 1944, estabelecia que os centros de interesse eram uma associação auxiliar da escola, como *pequenos museus* em sala de aula. Contudo, a autora destaca que as discussões em torno deles já vinha ocorrendo há certo tempo na área educacional. Petry (2013) argumenta, com base em discursos do intelectual João Roberto Moreira, que havia diferentes apropriações do conceito *centros de interesse* nas instituições escolares, sendo também entendidos como cartazes criados pelas professoras.

cubos, favas, caixetas, bolinhas, etc., o professor ensinar-lhes-á, simultaneamente, todas as operações que se podem efetuar com um dado número, fazendo-os descobrir todas as combinações possíveis entre ele e os números maiores. As aulas de linguagem escrita, tanto no quadro negro, como nos cadernos, contém vícios que podem facilmente desaparecer se o professor seguir as recomendações e sugestões apresentadas no programa de ensino. O ensino só satisfaz plenamente quando transmitido por métodos e processos capazes de desenvolver a capacidade aquisitiva dos alunos dentro do menor prazo; outrossim, em hipótese alguma, os conhecimentos transmitidos ao educando serão por ele decorados, somente uma boa e nítida compreensão determina resultados constantes e uma aprendizagem perfeita. (E.E.B. PROFESSORA SALETE SCOTTI DOS SANTOS, 1953, p. 11).

Em consonância com as dinâmicas das sociedades modernas, identifica-se nos documentos pesquisados provenientes de grupos escolares uma preocupação acentuada com a disciplina e a sua ligação direta com os artefatos materiais – “Um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar” (G.E. PROF. MARTA TAVARES, 1943, p. 26b). Esse cuidado com a ordem, pelo que foi possível observar, procurava satisfazer diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Educação.

No ano de 1949, por exemplo, foi publicado pela Secretaria de Justiça, Educação e Saúde de Santa Catarina um impresso com orientações normativas, administrativas e pedagógicas. Nesse documento, intitulado *Plano de trabalho para 1950*¹⁵, são evidenciadas, com base no Regulamento apresentado pelo Decreto n. 3.735, de 17 de dezembro de 1946, disposições para matrícula, frequência escolar, distribuição dos alunos nas classes, disciplina, boletins, festas, material escolar, reuniões pedagógicas, entre outros. Conforme passagem disponível nesse documento, ressaltada a seguir, para cultivar um gosto artístico nos alunos seriam necessários alguns cuidados tanto nos grupos escolares quanto nas escolas isoladas, dentre eles, a preservação de cada coisa em seu devido lugar:

15 Documento disponível no acervo digital do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina (CEMESSC), Disponível em: <<https://www.unesc.net/cemessc>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

GOSTO ARTÍSTICO

Art. 338 – Sendo a cultura do gôsto artístico fator poderoso para a conservação do material escolar, além de desenvolver na criança o gôsto pelo que é belo, deve-se praticar nos grupos e escolas isoladas o seguinte:

as salas de aulas e demais dependências do edifício escolar devem apresentar, sempre, além de uma ornamentação sóbria, a mais rigorosa ordem: ‘UM LUGAR PARA CADA COISA E CADA COISA EM SEU LUGAR’;

– sôbre a mesa da classe ou escola será conservado somente o seguinte material:

1 – um vaso com flores;

2 – o programa de ensino;

3 – o tinteiro, duas canetas e um lápis;

4 – o registro de lições ou caderneta de tarefas diárias;

5 – o livro de chamada, o qual, após ser feito o resumo do dia e lançados os apontamentos no quadro negro, será guardado na gaveta;

6 – sôbre os armários não será colocado objeto algum;

d) – os móveis, dispostos com arte e simetria, devem apresentar aspectos de ordem e perfeito asseio;

e) – o gabinete do diretor e as outras salas, como biblioteca, museu, etc., serão igualmente objetos de carinho. Os móveis devem ser aí colocados com a maior sobriedade possível e as secretárias ou mesas não devem apresentar-se abarrotadas de livros, papéis e outros objetos;

f) – os armários de arquivo e os que servem para depósitos de material consumível, devem apresentar sempre a mais rigorosa ordem. (E.E.B. HERCÍLIO LUZ, 1949, p. 10).

Como se pode ver nos registros ora citados, a materialidade educa, seja pela falta, seja pelas prescrições que estabelecem como devem ser usadas e com isso trazem indicativos de como os artefatos podem servir para ensinar. As reuniões com pais também podem ser arroladas como espaço educativo importante, inclusive quando se tratam de questões *materiais*. No registro de uma reunião, que ocorreu no ano de 1958, no Grupo Escolar Professora Marta Tavares, foram dadas orientações que deveriam ser seguidas pelos pais, os quais precisariam trabalhar em conjunto com a escola e evitar desentendimentos, entre elas:

Obrigar os alunos a tirar o uniforme quando chegarem em casa. Só por uniforme na hora de ir para a escola. Cuidado com o material escolar.

Arranjar bolsas, mochilas, para conservação do material.
Olhar as notas nos cadernos e nos boletins dos filhos.
Obrigá-los a estudar em casa e fazer os temas de casa.
Mandar as crianças para as missas de domingos e 4^{as} feiras.
Mandar as crianças para a doutrina da 1^a Santa Comunhão.
(G.E. PROF. MARTA TAVARES, 1958, p. 16).

Na passagem descrita temos um exemplo de como educar, alunos e família, mediante uma relação com objetos típicos da escola: mochilas, cadernos, boletins, uniformes. Por seu intermédio, ensina-se a cuidar, conservar, olhar, obrigar, mandar.

Outro objeto destacado da cultura material escolar e que se enreda na cultura meritocrática é o Livro de Honra; a prática de assinaturas em suas páginas auxilia na discussão acerca da conquista de *sucesso* no percurso escolar, um sucesso favorecido pela adequação às regras e adesão aos *habitus* escolares.

Conforme afirmam Luani de Liz Souza e Lislely Canola Treis Teixeira [201-]¹⁶, diversos elementos da escola, como, por exemplo, o mobiliário, a palmatória, os prêmios, os quadros e livros de honra colaboram para formar e corroborar um modelo de comportamento relativo ao que é ser aluno. Para elas, na cultura material escolar é possível localizar referências de um *habitus* pretendido pelo sistema educacional. Dessa forma, dispositivos como os Livros estão relacionados à disciplinarização.

Ainda segundo essas autoras, a classificação dos sujeitos os relaciona ao poder do reconhecimento. Nesse sentido, a prática de assinar um documento, como o Livro de Honra, é uma ação que separa hierarquicamente os alunos, reafirmando que é possível relacionar o estado de saber com o de poder. Souza e Teixeira [201-] destacam ainda que cada contexto e época possui lógicas diferenciadas, por essa razão, os critérios definidos para premiar ou punir os estudantes também se alteram com base nas especificidades de cada instituição escolar e a partir de sua cultura, apesar de existir uma prescrição legal que embasa as práticas desenvolvidas nesses espaços.

A materialidade dos Livros de Honra do Grupo Escolar Lauro Muller e do Grupo Escolar Manoel Gomes Baltazar, com suas ilustrações e assinaturas, atesta justamente para essas especificidades. Enquanto o primeiro tem seu termo de abertura datado em 1914¹⁷, satisfazendo o artigo nº 197 do *Regimento Interno dos*

16 SOUZA, Luani de Liz; TEIXEIRA, Lislely Canola Treis [201-]) A honra escolar: memória material da escola. Artigo aceito para publicação e em edição pela Revista História da Educação – ASPHE. No prelo.

17 Apesar do termo de abertura registrar o ano de 1914, a primeira assinatura é datada de 1918.

*Grupos Escolares do Estado de S. Catharina*¹⁸ e o último registro de assinaturas no ano de 1972, o segundo foi criado em 1959 e utilizado até o ano de 2005.

Em pesquisa desenvolvida com acervo de uma instituição escolar sediada no sul de Santa Catarina, Lúcio Vânio Moraes (2008) localizou o Livro Negro do Grupo Escolar Manoel Gomes Baltazar, constatando, ainda, que, com três assinaturas nesse livro – que tem registros que vão dos anos 1961 a 1971 – o estudante deveria ser expulso da escola, o que causava medo em muitos alunos. Eles eram punidos, principalmente por “[...] desobediência grave e pertinaz, brigas com os colegas, prejuízos ao estabelecimento, palavrão (vocabulário pornográfico e blasfemo – ‘Diabo’, ‘demônio’ e outros) diante da professora, piadas imorais na aula, ofensa grave ao professor” (MORAES, 2008, p. 209, grifos do autor). Como veremos a seguir, o Livro de Penas – também conhecido como Livro Negro – não é um clandestino na vida escolar, ele é um artefato oficializado em dispositivos aprovados pelo Estado. De acordo com os artigos 203, 204 e 205, presentes no *Regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina*, aprovado pelo Decreto n. 3.735/1946, eram consideradas legítimas penalidades como: admoestações, notas más, repreensão e comunicação aos responsáveis, suspensão de um a cinco dias e, por último, a exclusão definitiva. Destacamos que as notas más, repreensões, suspensões e exclusões deveriam ser registradas em um livro destinado para esse fim, qual seja, o livro de penas.

Dessa maneira, pode-se pensar que tanto os Livros de Honra quanto os Livros de Penas (ou Livros Negros) carregam e dão sustentação a valores sociais e morais que são desejados pela escola, como, por exemplo, a junção entre a identidade do aluno e a identidade do coletivo, que busca “[...] homogeneizar e disciplinar as diferenças” (SOUZA; TEIXEIRA, [201-]).

Como vimos, muitos são os expedientes acionados para cunhar e reforçar a cultura meritocrática no espaço escolar, entre eles destacamos aqueles cuja materialidade se apresenta. Todavia, muitas vezes essa materialidade não se revela por inteiro, o que ajuda a reforçar a ideia de mérito, a despeito das diferenças que a materialidade pode oferecer como suporte à prática escolar, incluindo o desempenho dos alunos.

18 A regulamentação citada, presente na página 51 do referido regimento, é a seguinte: “Art. 196 – O elogio perante todos os alunos do estabelecimento, será feito quando, além das notas optimas de comportamento e de applicação, ainda o alumno apresentar o boletim do trimestre sem uma só falta, retirada e marca tarde”; “Art. 197 – O alumno que apresentar o boletim nos termos do artigo antecedente, durante dois trimestres ainda terá direito á inscripção do seu nome no livro de honra para os alumnos (art. 99)” (SANTA CATARINA, 1914, p. 51).

Referências:

BENCOSTTA, Marcus Levy. A noção de cultura material escolar em debate no campo de investigação da história da educação. In: CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez (Org.). **A escola e seus artefatos culturais**. São Luís: EDUFMA, 2013. p. 21-34.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. In: _____. **Enciclopédia Einaudi: Homo-domestificação**. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989. p. 11-47. (v. 16). Disponível em: <<http://seminarioculturamaterialescolar.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 8 jul. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 81-116.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 2002.

E.E.B. HERCÍLIO LUZ. Plano de Trabalho para 1950, impresso pela Secretaria de Justiça, Educação e Saúde de Santa Catarina. 1949. Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação. **Escola de Educação Básica Hercílio Luz: Documentos disponibilizados em 2010 - v.1**. Criciúma, SC: GRUPEHME. Disponível em: <<https://www.unesc.net/cemessc>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

E.E.B. MANOEL GOMES BALTAZAR. Livro de Honra ao Mérito. [1959-2005]. Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação. **Escola de Educação Básica Manoel Gomes Baltazar: Documentos disponibilizados em 2010 - v. 1**. Criciúma, SC: GRUPEHME. Disponível em: <<https://www.unesc.net/cemessc>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

E.E.B. PROFESSORA SALETE SCOTTI DOS SANTOS. Termo de Visitas I do Grupo Escolar Antônio João [entre 1946 e 1968]. 1951. Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação. **Escola de Educação Básica Professora Salete Scotti dos Santos: Documentos disponibilizados em 2010 - v. 1**. Criciúma, SC: GRUPEHME. Disponível em: <<https://www.unesc.net/cemessc>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

E.E.B. PROFESSORA SALETE SCOTTI DOS SANTOS. Termo de Visitas I do Grupo Escolar Antônio João [entre 1946 e 1968]. 1953. Grupo de Pesquisa

História e Memória da Educação. **Escola de Educação Básica Professora Salete Scotti dos Santos**: Documentos disponibilizados em 2010- v. 1. Criciúma, SC: GRUPEHME. Disponível em: <<https://www.unesc.net/cemessc>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Las materialidades de la escuela (a modo de prefacio). In: GASPAR da SILVA, Vera Lucia; PETRY, Marília Gabriela (Org.). **Objetos da Escola**: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – Séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012. p. 11-18.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. Objetos em viagem: discursos pedagógicos acerca do provimento material da escola primária. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 13, n. 3 (33), p. 207-233, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/641>>. Acesso em: 8 jul. 2015.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; PETRY, Marília Gabriela. Materialidade escolar em cena: um pouco da produção na História da Educação. In: CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luiz Velázquez (Org.). **A escola e seus artefatos culturais**. São Luís: EDUFMA, 2013. p. 35-59.

G.E. LAURO MULLER. **Livro de Honra**. Florianópolis. 1912-1972. Acervo do Museu da Escola Catarinense. Disponível em: <<http://seminarioculturamaterialescolar.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

G. E. PROF. MARTA TAVARES. **Ata de Reuniões Círculo de Pais e Mestres**. Rio Negrinho, [1952-1971]. 1958. Acervo: E.E.B. Prof.^a Marta Tavares.

_____. **Livro de avisos do Grupo Escolar Professora Marta Tavares [1933-1940]**. Rio Negrinho, 1940. Acervo: E.E.B. Prof.^a Marta Tavares.

_____. **Livro para os avisos do Grupo Escolar Professora Marta Tavares**. Rio Negrinho, 1943. Acervo: E.E.B. Prof.^a Marta Tavares.

KINCHESCKI, Ana Paula de Souza. **É preciso fazer por merecer**: representações docentes sobre o “ser aluno” (Santa Catarina, 1940-1970). 2015. 226 fls. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, Florianópolis, 2015.

MORAES, Lúcio Vânio. **Memória escolar e campo religioso**: identidade e imaginário católico na Escola de Educação Básica Manoel Gomes Baltazar em Maracajá – SC (1959-1976). 2008. 259 fls. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC, Criciúma, 2008. Disponível

em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000059/00005930.pdf>>.
Acesso em: 8 jul. 2015.

PETRY, Marília Gabriela. **Da recolha à exposição**: a constituição de museus escolares em escolas públicas primárias de Santa Catarina (Brasil – 1911 a 1952). 2013. 224 fls. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, Florianópolis, 2013.

SANTA CATARINA. **Decreto n. 3735**. 12 dez. 1946. Regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina. Secretaria de Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação: 1946b. Acervo: Apesc.

_____. Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de Santa Catharina. **Decreto n. 795**. 2 mai. 1914. Joynville: Typ. Boehm, 1914. Acervo: Apesc.

SOUZA, Gizele de. Cultura material na escola primária paranaense: rituais e gestos de professores e autoridades de ensino na organização do cotidiano escolar no século XIX. In: CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez (Org.). **A escola e seus artefatos culturais**. São Luís: EDUFMA, 2013. p. 61-79.

SOUZA, Luani de Liz; TEIXEIRA, Lislely Canola Treis. A honra escolar: memória material da escola. [201-]. Artigo aceito para publicação e em edição pela **Revista História da Educação - ASPHE**. No prelo.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

VALLE, Ione Ribeiro; CATANI, Denice Barbara. Apresentação. Dossiê Heranças da sociologia de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron: 50 anos de OS HERDEIROS. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 4-12, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/index>>.
Acesso em: 8 jul. 2015.

Recebimento em: 20/07/2015.

Aceite em: 22/02/2016.